

A cultura política: entre o mediático e o digital¹

■ NÉSTOR GARCÍA CANCLINI *

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo da cidade como complexo sistema comunicativo onde se confrontam os suportes materiais que a constroem, sua imagem contaminada pela rotação de estereótipos de cidade e o imponderável processo interativo que se processa, através do uso cotidiano, e alicerça valores e comportamentos.

Palavras-chave: cidade, meio, mídia, mediação, comunicação

ABSTRACT

This text aims to discuss the complex communication system of a city in which are confronted the material supports that built it, its contaminated images by rotation town stereotypes and the imponderable interaction process made by daily uses that built values and behaviors.

Key words: city, media, images, interaction, communication

* Professor titular da Universidade Autónoma Metropolitana do México e pesquisador emérito do Sistema Nacional de Investigadores desse país.

Traduzido por
IRENE MACHADO

Revisão técnica por
MARIA IMMACOLATA
VASSALLO DE LOPES

1. Conferência magna proferida no Encontro Nacional de Bibliotecas Populares da Argentina em 03 de maio de 2007 na cidade de Buenos Aires.

QUE ENTENDEMOS HOJE por cultura, organização social e ampliação da cidadania? Nenhuma destas noções pode ser definida do modo como o foram quando se constituíram os Estados nacionais na América Latina, porque os processos sócio-culturais mudaram radicalmente. Tampouco podem ser pensadas tal como o foram quando a cultura não contava com comunicação transnacional por meio de satélites, computadores, internet, telefones celulares ou iPod. Não podemos agir como em épocas em que as políticas culturais eram geridas principalmente pelos Estados e encontravam cenários de crescimento na escrita e na leitura, na educação e na deliberação cidadã em espaços públicos nacionais.

Para perceber o deslocamento ocorrido no último meio século no lugar social da cultura convém examinar o desenvolvimento da modernidade «ilustrada» que definiu a cultura como um bem desejável para todos, que devia ser amplamente difundido, explicado e tornado acessível, em contraste com a concepção neoliberal que a concebe como um conjunto opcional de bens adquiríveis aos quais se pode ou não ter acesso.

Não devemos esquecer que em todas as etapas do capitalismo uma grande parte dos bens simbólicos foi considerada mercadoria, suas expressões mais valorizadas tiveram um sentido suntuoso e os comportamentos culturais funcionaram como procedimentos para diferenciar e distinguir, incluir e excluir. Não obstante, no projeto da primeira modernidade, sobretudo a partir da virada provocada pelo saber antropológico, atribui-se valor cultural à produção simbólica de todas as sociedades. Pretendeu-se que – através da educação e, portanto, dos meios – as manifestações consideradas como as mais valiosas fossem conhecidas e compreendidas por todas as sociedades e todos os setores.

Estou descrevendo o projeto da modernidade ilustrada. Sabemos que sua realização foi deficiente, como mostram as pesquisas sobre a entrada desigual na escola e o aproveitamento diverso pelas diferentes classes, sobre os dispositivos sociais que condicionam os públicos a frequentar ou não as bibliotecas, os museus, os teatros, as salas de concerto e os meios de comunicação de massa. Se evoco aqui o projeto de inclusão da modernidade precoce não é porque tenha esquecido da parcialidade de seus ganhos mas porque, pelo menos, se aspirava a que todos fossem incluídos.

Que ocorria, então, com a organização social moderna?

A busca da justiça e da democracia eram os objetivos da participação cidadã, e os Estados, como representantes do interesse público, deviam garantir o exercício dos direitos. A formação dos cidadãos e as disputas políticas ocorriam no cenário da escrita. Em contrapartida, agora nos deparamos com duas novas modalidades de organização sociocultural e de exercício da cidadania:

a) o desenvolvimento midiático, que reordena os vínculos entre a leitura-e-escrita, o oral e o audiovisual, tanto na oferta de bens e mensagens como nos hábitos culturais; b) a informalização do desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural contemporâneo, que conduz à desintegração estrutural de muitas sociedades.

Uma vasta bibliografia vem apontando que o enfraquecimento dos Estados modernos deixou a organização da sociedade ao mercado, a um mercado global, dominado por gigantes corporativos privados que competem sem se submeter a nenhuma autoridade política. O social e o cultural ficam reduzidos, quase exclusivamente, a trocas mercantis em que é difícil fazer valer os interesses cidadãos.

A esta explicação sócio-econômica sobre as mudanças na relação entre Estado e mercado, é preciso acrescentar outras, referentes aos modos em que agora lemos e nos informamos. Já não nos formamos como cidadãos, como dizíamos, principalmente através de materiais escritos, mas sim pela televisão e por outros recursos audiovisuais. Vivemos, há décadas, o que alguns chamam de videopolítica e outros videocracia.

Porém, realmente, se lê menos ou se lê de outra maneira? Buscamos a resposta na informação de estudos recentes, realizados na Argentina e no México, sobre a reestruturação dos hábitos culturais.

Se pensamos que ler é ler livros, revistas e jornais impressos, os números apresentados pelos países latino-americanos são muito baixos. Os estudos reunidos no Sistema Nacional de Consumos Culturais, publicados em 2006 pela Secretaria de Meios de Comunicação da Presidência da Nação sobre a situação argentina, indicam que 55,2% da população afirmam ter lido livros no ano anterior (19% mais que em 2004), e a média de livros lidos anualmente foi de 4,5%.

Com relação a outros tipos de publicações, contamos apenas com dados de 2005, segundo os quais 55,9% alegam ler jornais e somente 29,2% lêem revistas. São significativas, de igual modo, as porcentagens de leitura de história em quadrinhos, a leitura e escritura na internet e o envio e recepção de mensagens de texto pelo celular.

A internet, por sua vez, contava, em 2005, com 40,9% de usuários. Com o ritmo de crescimento da rede, é possível supor que em 2007 tenha alcançado números semelhantes aos dos leitores de livros e jornais impressos. Do mesmo modo, o levantamento de 2006 revela um aumento no uso da internet para acessar informação, sendo maior nas grandes cidades.

Quase 28% afirmam ter consultado textos de leitura por meio da internet, e a porcentagem aumenta entre menores de 35 anos e entre as pessoas de nível sócio-econômico alto e médio.

MÉDIA DE LIVROS LIDOS

Entre os que afirmam terem lido livros no período analisado, reconhecem ler quase quatro livros em média por ano. Ou seja, um livro a cada três meses. Ao decompor tal média, observa-se que a maior parte (por volta de 70%) leu, no ano, entre um e cinco títulos, e o restante, 30%, mais de cinco livros.

Por outro lado, uma leitura que separe os dados permite detectar que a leitura de livros aumenta com a idade e o nível sócio-econômico.

Quantidade de livros lidos nos últimos 12 meses	Sexo			C.S.E.			Idade				Região					
	Total	Masc.	Fem.	ABC1	C2	DE	12-17	18-34	35-49	+50	AMBA	PAMP.	NOA	CUYO	NEA	PATAG.
MÉDIA	3,9	3,9	3,9	4,8	4,5	3,3	3,0	3,3	4,8	4,5	3,5	3,8	3,2	4,4	4,8	4,5

C.S.E. – classe sócio-econômica, AMBA – Área Metropolitana de Buenos Aires, PAMP. – Pampas argentinas, NOA – Noroeste da Argentina, Cuyo – Região de Cuyo, NEA – Nordeste da Argentina, PATAG. - Patagônia

Também é interessante que, mesmo aqueles que não dispõem de recursos para a compra de computador, consultam a internet fora de casa, especialmente em cibercafés.

No México, a pesquisa sobre consumos culturais em leitura e mensagens audiovisuais fornece resultados semelhantes. Dispomos de dados mais qualitativos para avaliar os consumos graças à Pesquisa Nacional de Juventude de 2005 e à Pesquisa Nacional de Leitura realizada em 2006. Verificamos que o computador, a internet, o celular, a agenda eletrônica, o Mp3 e os videogames já estão incorporados nos hábitos de 50 a 80% dos jovens. A posse destes recursos é maior, evidentemente, nos níveis econômicos altos e médios, mas também muitos jovens estão familiarizados com os avanços tecnológicos através dos cibercafés, na escola e na sociabilidade própria da geração. Quem afirma saber usar os recursos tecnológicos são mais que o dobro dos que os possuem: 32,2% dos homens possuem computador e 74% afirmam saber utilizá-lo; a relação entre as mulheres é de 34,7% a 65,1%; possuem internet 23,6% dos homens, ao passo que 65,6% a utiliza; entre as mulheres a distância é maior: de 16,8% a 55,9%.

A Pesquisa Nacional de Leitura realizada no México em 2006 fornece resultados semelhantes. Quase um terço dos entrevistados afirmam usar computador (31,6%) e deste grupo três quartos (76,5%) entra na internet. A prática mais freqüente se encontra entre adolescentes e jovens, bem como entre quem tem educação universitária, com médias mais elevadas nas grandes cidades.

A DEMOCRATIZAÇÃO MODERNA COMO ACESSO

Existe uma mudança no que hoje entendemos por sociedade moderna. Em séculos passados aludia-se aos Estados democráticos e à participação cidadã para buscar o aprimoramento do conjunto da sociedade nacional.

Nos primeiros anos do século XXI, a palavra modernidade aparece associada a outros movimentos: viajar, comunicar-se, interagir com o mundo. Os bens, as mensagens e as pessoas devem circular globalmente e ser interessantes em muitos mercados. Quero destacar duas conseqüências desta remodelação do moderno. Por um lado, leva a que muitos aspectos da gestão da justiça e a democracia transbordem o cenário nacional e dependam de interdependências transnacionais. Por outro, leva a que percebamos como pouco eficazes os partidos políticos e o que como cidadãos podemos fazer para modificar as desigualdades.

O que se deve saber agora para ser cidadão? Dizíamos que não basta conhecer a realidade do próprio país e que o que recebemos como informação não procede principalmente de livros, jornais e revistas. Há dois anos, em um artigo do jornal *El País* se apresentava uma pesquisa entre jovens estudantes espanhóis. Perguntou-se a eles: o que aconteceu primeiro, o Império Romano ou a Revolução Francesa? Mais da metade dos alunos respondeu: a Revolução Francesa. Testei a mesma pergunta com estudantes mexicanos e também mais da metade afirmou que a Revolução Francesa havia sido anterior ou estavam em dúvida.

Não duvidamos da importância desses dois antecedentes de nosso direito e nossa cidadania. Porém, temos nós, professores, a mesma capacidade de explicar a nossos estudantes os acordos de livre comércio firmado por nosso país ou que está em estudo, o que significariam para a nossa agricultura e indústria, como geração e perda de empregos, na ampliação ou retração da cultura e das comunicações de nossa sociedade?

Sabemos nós, professores, qual é a capital do Cazaquistão e onde fica este

LIVROS LIDOS

Quanto aos livros lidos, se percebe um importante e heterogêneo espectro de títulos. Um dado salta à vista: pelo menos até o momento os argentinos carecem de livros emblemáticos que os distingam e caracterizem. E essa é uma assinatura cultural pendente.

A Bíblia	5,3%
Harry Potter	3,6%
O Alquimista	3,5%
O Código da Vinci	1,6%
Martín Fierro	1,5%
El camino de la felicidad	1,5%
O senhor dos anéis	1,5%
Cem anos de solidão	1,3%
Argentinos	1,2%
El camino de las lágrimas	1,0%
Historia integral de la Argentina	1,0%
Meu pé de laranja lima	1,0%
Crônica de uma morte anunciada	0,9%
Rayula	0,9%
El Diego	0,9%
El Tunel	0,9%
Onze minutos	0,8%
Relato de um naufrago	0,8%
El camino del encuentro	0,8%
El camino de la autodependencia	0,8%

Base: 1.382 casos (os que leram livros)

ESCRITORES MENCIONADOS

Em referência à pergunta sobre o nome do autor do livro lido. O fato mais relevante face ao grande espectro de nomes, é que: 61,9% não souberam mencionar o escritor.

Paulo Coelho	5,9%
Jorge Bucay	5,8%
Gabriel García Márquez	4,6%
Isabel Allende	2,0%
Ernesto Sábato	1,6%
Jorge Lanata	1,6%
Pablo Neruda	1,4%
Julio Cortazar	1,4%
José Hernández	1,2%
J.K. Rowling	1,1%
J.R.R. Tolkien	1,1%
Félix Luna	0,9%
Agatha Christie	0,8%
Dan Brown	0,7%
Jorge Luis Borges	0,6%

Base: 1.382 casos (os que leram livros)

país asiático que é um dos principais provedores de petróleo e gás da Europa e, portanto, chave na satisfação de necessidades de uns 300 milhões de pessoas, na estabilidade e incerteza dos mercados de hidrocarbonetos e financeiros e, em consequência, no desenvolvimento futuro do mundo, incluindo América Latina? Sabemos como é a festa mais importante dos bolivianos que vivem em Buenos Aires – um milhão de migrantes, o que faz de Buenos Aires a segunda cidade boliviana – ou o sabíamos antes de assistir ao filme *Copacabana*? Quantos argentinos, em compensação, pensam que Copacabana é tão somente uma praia no Brasil? Sabemos, professores e mestres o que significam e como funcionam o MP3, o GPS, as fusões entre as empresas editoriais, de telecomunicações, de produção de discos e vídeos, ou seja, os instrumentos tecnol

ógicos que hoje tornam visível o que ocorre no mundo, os recursos audiovisuais que organizam o trabalho, as relações de poder e as novas formas de controle social e comunicacional?

É preciso acrescentar que as diferenças de geração e entre mestres e alunos não são só de manejo de conteúdos informativos mas nos modos de acesso e uso da informação. Quando queremos preparar um trabalho, buscamos a informação em livros, revistas ou na internet?

Voltemos à necessidade de conhecer o passado para atuar no presente. Por que damos importância a que os estudantes saibam que o Império Romano foi anterior à Revolução Francesa? Em parte, por uma exigência de rigor no conhecimento histórico e também porque supomos que houve evolução entre um acontecimento e outro, na qual estaria em jogo o sentido contemporâneo da organização social e da cidadania.

Não obstante, dois processos tendem a debilitar a relação com a história. Um é a maior dependência de

LEITURA DE QUADRINHOS

nossas condutas e decisões do sincrônico que do diacrônico devido à reestruturação tecnológica, econômica e cultural da ordem social. O outro fator é que, enquanto as sociedades se reorganizam para nos tornar consumidores do século XXI, a redução dos benefícios sociais e a concentração das decisões em herméticas elites tecnocráticas, nos fazem retroagir a cidadãos do século XVIII: somos consumidores globalizados, mas nos deixam ser apenas cidadãos do local.

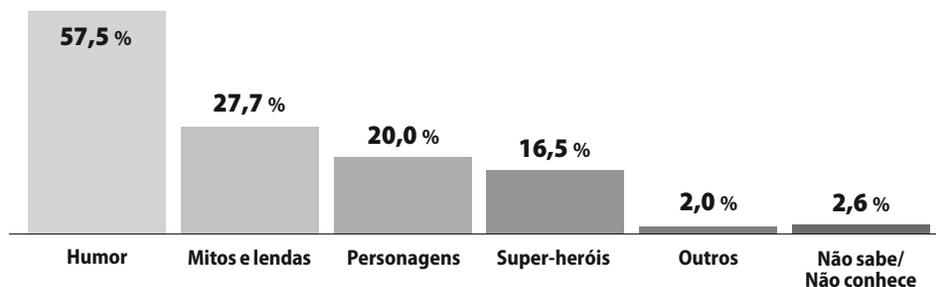
A INFORMALIDADE COMO DESINTEGRAÇÃO

A informalização tem conseqüências sobre a valoração do tempo histórico e a desintegração das sociedades. Passo a analisar esta mudança para um presente efêmero, tal como aparece em alguns estudos sobre culturas juvenis. Vou apoiar-me em alguns resultados da Pesquisa Nacional da Juventude realizada no México em 2005, que mostra resultados semelhantes aos de outras sociedades. Um dos estímulos empregados pelos entrevistadores foi a frase: «O futuro é tão incerto que é melhor viver dia-a-dia». A metade dos entrevistados disse compartilhar o sentido dessa afirmação, e o maior número de desiludidos com o que está por vir está nas zonas rurais (65,9%) e nos estratos mais baixos (54,5%).

Resta verificar este «presentismo», ou perda do sentido histórico e utópico, em conexão com os traços estilísticos da sensibilidade midiática: predomínio dos filmes de ação e de efeitos especiais sobre as narrativas longas; a intensidade da comunicação instantânea possibilitada pela internet; a obsolescência planificada dos produtos e mensagens; a fugacidade das modas, da informação e das comunicações nos *chats*.

Sem dúvida, a gestão midiática e mercantil do tempo empobrece a experiência do passado e as fantasias sobre o futuro, subordinando-as ao presente. Porém os materiais desta pesquisa revelam que a preferência – ou a resignação – pelo «viver o dia-a-dia» tem suporte nas condições básicas de vida das novas gerações. Não é coerente a sobrevaloração do momento por aqueles que devem

TIPO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS QUE LÊ



D

A cultura política: entre o mediático e o digital

aprender, mais que em qualquer etapa anterior, que os trabalhos são precários e às vezes reduzidos a oportunidades «eventuais»? São os jovens que experimentam mais severamente a instabilidade do trabalho e a exposição a riscos pouco previsíveis. Quando conseguem permanecer em uma empresa, se lhes exige ser flexíveis e renovar incessantemente a qualificação técnica. Se se dão bem e quiserem fazer investimentos, ou se compreendem que o futuro de seus empregos está ligado não tanto à lógica da produção e das necessidades sociais senão à vertigem da especulação financeira, também são levados constantemente a descrer das estruturas e dos processos de longa duração.

As dificuldades para conseguir trabalho, a fragilidade dos empregos e a desistência escolar conduzem à falta de esperança com relação ao que se pode obter da esfera pública regida por leis. Os jovens conseguem trabalhar «por meio de um amigo» (31,6%), porque um familiar os contrata ou lhes consegue um lugar (37,1%). Altas porcentagens de jovens descrêem da participação política, aprovam o não pagamento de impostos e o «fazer justiça pelas próprias mãos» visto que as autoridades não castigam os culpados.

Se os recursos para sobreviver ou prosperar são obtidos usando os mapas informais da vida social, não surpreende haver condutas semelhantes nos usos de seu dinheiro para consumir. Está se tornando «normal» conseguir bens materiais e simbólicos apelando a vias ilegais, ou, pelo menos, não incluídas na organização «oficial» da sociedade. Os mercados informais provêm os bens necessários e desejados em porcentagens várias vezes maiores que as lojas formais e os centros comerciais. Música, roupa, livros e filmes são comprados mais baratos em pontos de vendas piratas e na internet.

PARA QUE SERVE A PIRATARIA

É interessante contrapor esta perspectiva, disseminada entre os jovens, com outras duas concepções operantes na circulação irregular de bens culturais. Nos cinemas do México costuma-se projetar, antes do filme, curtas-metragens em que as empresas condenam a pirataria: um breve relato mostra pais que levam para casa um vídeo «ilegal» e um filho que aproveita negar-se a estudar alegando que já conseguiu os resultados «piratas» do exame. Em várias salas, quando aparece o alerta final: «O que você está ensinando a seus filhos?», ouvi a brincadeira vinda de algum adulto: «a poupar».

Temos aí três olhares sobre a pirataria: a) a da empresa cinematográfica que a desqualifica moralmente



equiparando a cópia ilegal da película com a cópia de um exame (equivalência entre a lógica comercial e a educativa que seria fácil questionar); b) a dos adultos que ironizam o moralismo da mensagem empresarial com a alusão a uma conduta virtuosa – poupar –, recurso de melhoramento econômico em longo prazo em épocas de estabilidade financeira; c) os risos ou indiferença dos jovens, que vêem indulgentemente as compras piratas como um modo de reverter as desigualdades de acesso ao consumo imediato.

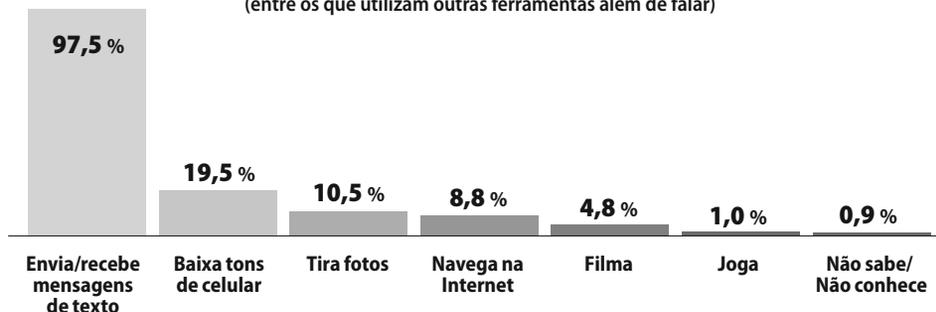
Frente àqueles que defendem como legal uma ordem econômica que os beneficia e que discrimina amplos setores (os empresários culturais), ante «o público» que denuncia com ironia essa contradição em nome de uma ética da acumulação paciente, em longo prazo, mediante a poupança, as práticas dos jovens utilizam de modo combinado recursos formais e informais, legais ou não legais, para concretizar sua aspiração imediata de estar conectado, informado e entretido. A modernidade e a democratização, repensadas como capacidades de acesso a bens globalizados, aparecem viáveis mais através de recursos informais, e até ilegais, do que como resultado de uma reestruturação mais justa da ordem social.

O que legitima, para muitos jovens, o uso de recursos ou procedimentos não legais é a obtenção de bens que a organização legal ou formal da sociedade torna inacessíveis. Legalidade e legitimidade se separam. A pergunta que surge é: quanta ilegalidade, ou conflito de legitimidades não legalizadas, pode suportar uma sociedade sem destruir-se?

Chama a atenção, desse modo, a ruptura entre dois campos sociais que a modernidade ilustrada vinculou: a educação e o trabalho. Na avaliação da maioria dos jovens, a escola se apresenta como um espaço para adquirir conhecimentos e amigos e, muito por baixo, para «conseguir trabalho» ou «abrir um negócio». «Ganhar dinheiro» não aparece como resultado das aptidões proporcionadas pela educação.

TIPOS DE USOS DO CELULAR

(entre os que utilizam outras ferramentas além de falar)



D

As modalidades de acesso à educação e à cultura não correspondem ao que se supunha próprio da organização moderna da sociedade: por um lado, porque a democratização ou socialização das comunicações não é igualitária; por outro, porque a maioria, como dissemos, alimenta seu consumo com vídeos, discos e *software* piratas e os conteúdos que buscam por meio desses meios, como no uso do rádio e da televisão, mostram desinteresse pela informação e temas políticos.

A distinção sócio-econômica e cultural entre os jovens já não se organiza somente por referência aos bens mais duráveis nem ao capital familiar (qualidade da habitação e bairro onde vivem). O universo cultural dos jovens passou da copa ou da sala para o quarto individual nos setores médios e altos. Como observa Roxana Morduchowicz, transformaram-se os vínculos familiares e a propriedade dos meios: deixaram de ser «da família» e passaram a ser «do filho maior», «do filho menor», «da filha», «da mãe» ou «do pai». Dado que esta posse personalizada, quando se trata de aparelhos portáteis (celulares, *diskman*, iPod), permite deslocar os signos de distinção para as interações públicas ou entre amigos, o equipamento individual se torna um recurso de acesso personalizado à informação e ao entretenimento, e um marcador de classe que cada um leva consigo para múltiplos cenários.

O QUE SIGNIFICA HOJE EMANCIPAR-SE?

Os jovens de classe média e alta são os que gozam de maior autonomia pessoal, acessos intensos e flexíveis à informação, e ao entretenimento mais diversificado, interatividade midiática e possibilidades de se tornar independentes dos adultos. Li em uma investigação espanhola: “Há 20 anos, os pais controlavam 90% do ócio de seus filhos, agora não sabem o que eles fazem a maior parte do tempo” (Gómez y Abril, 2006). Quem sabe as tecnologias de uso personalizado sejam hoje o principal recurso de emancipação dos jovens.

Antes os jovens se emancipavam por meio do trabalho, do estudo e do casamento. Estes três domínios implicavam modos de participar na sociedade e de se comportar como cidadãos em relação com a produção, o conhecimento, a vida familiar e a reprodução da organização social. Agora, para muitos, as vias preferenciais são a conectividade e o consumo.

Nos comportamentos dos jovens se manifesta uma reorganização radical do que vínhamos entendendo por modernidade. Vemos aumento da informação e das interações com baixa integração social, aceleração das mudanças com empobrecimento das perspectivas históricas com respeito ao passado e ao futuro, combinação assistêmica de recursos formais e informais para satisfazer necessidades e desejos em escala individual ou grupal. A fascinação pelo

USO DA INTERNET PARA SE INFORMAR

ÁREA METROPOLITANA DE BUENOS AIRES
(por extrato social)



GRANDES CIDADES
(por classe social)



acesso e trocas lhes incita a memória e a projeção ao futuro. Em conseqüência, diminui o papel da institucionalidade que organizou a primeira modernidade – as escolas, os partidos políticos, a organização legal e a continuidade do espaço público – em benefício dos arranjos transitórios, a apropriação flexível de recursos heterogêneos no mercado laboral e nos consumos.

Por uma parte, encontramos maior interesse pela diversidade e inovação momentâneas, ou pela simples subsistência diária, que pela estabilidade e pela ordem. Por outra, esta decomposição da institucionalidade moderna manifestase no predomínio dos arranjos informais e dos recursos ilegais nos arranjos cotidianos. A noção de informalidade, que nasceu há quatro décadas para dar conta de irregularidades e explorações sem regras nos mercados de trabalho, e que agora vemos operando no campo do consumo, resulta necessária para compreender também outras áreas da vida social. Por exemplo, a *política*, onde encontramos uma convergência entre o crescimento de procedimentos informais ou ilegais (corrupção, clientelismo, linchamentos, negociações ocultas, vídeos que revelam estes atos nos meios de comunicação mais que na justiça ou em instituições formais) e o descrédito dos partidos, do Congresso e de outras instâncias de gestão formal da vida pública nacional (política, sindical e judicial). Com freqüência os meios, especialmente a televisão, buscam complacentes a construção da persuasão e a legitimidade servindo-se de recursos ilegais. A captura de um político que lavou dinheiro ou recebeu apoios ilegítimos é exibida menos como parte de um processo de correção das deficiências que como um informante para vencer os concorrentes.

Nas estratégias de sobrevivência, amplos setores recorrem a procedimentos, pessoas ou redes «irregulares». A noção de «informalidade» se torna significativa no conjunto da trama social. Esta categoria, que nasceu como designação residual para o que ficava fora da sociedade formalmente organizada, ampliou-se até abarcar setores tão heterogêneos como as pequenas empresas e os comércios domésticos ilegais, os vendedores ambulantes, as crianças e

D

A cultura política: entre o mediático e o digital

adolescentes que oferecem serviços ou mercadorias nas esquinas, músicos no metrô, coletores de papéis e recicladores de lixo, artesãos não sindicalizados (ou seja, a maioria), táxis sem licença, produtores e vendedores de discos e vídeos piratas, revendedores de entradas para espetáculos e cuidadores espontâneos ou mafiosos de carros em eventos esportivos, e muitos outros setores que atuam em grupos familiares ou em redes que «organizam» os circuitos da vida social.

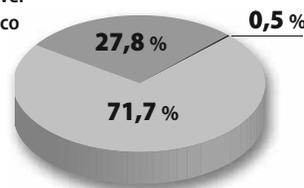
Há que se destacar, em que pese o aspecto caótico que apresentam estas atividades, seu papel organizador da sobrevivência cotidiana, os recursos que provêm a famílias excluídas da economia formal, a migrantes e jovens que não encontram onde trabalhar. Às vezes chegam a formar microempresas, com mecanismos de acumulação, redes de cooperação e poder, que negociam com os poderes públicos ou com instituições da economia formal espaços, tolerância policial e negócios combinados: «legitimam», assim, as operações informais e entrelaçam o legal e o ilegal. Após décadas deste entrecruzado crescimento cúmplice entre governos, redes e máfias, entre empresas legais e circuitos dispersos de sobrevivência, a reprodução social e a governabilidade, ou a simples subsistência do país e de muitas cidades, mudou de sentido. Como construir sociedades governáveis com tantas irregularidades? Um tratamento mais amplo destas questões requer correlacioná-las com os movimentos que debilitam a esfera pública e confiam ao mercado a coordenação dos processos sociais.

Não vejo manifestação mais eloqüente desta transformação que a mudança de sentido das mortes violentas. Muitos países latino-americanos, da Argentina, Chile e Uruguai até Guatemala e El Salvador, passando por Brasil, Peru e Colômbia, registraram, cada um, milhares de assassinatos e desaparecimentos em guerras políticas e sociais entre os anos 60 e 80 do século passado. Em anos recentes, os milhares de assassinatos que ocorrem no Brasil, El Salvador, Guatemala e México e outros países são principalmente resultado de seqüestros e enfrentamentos entre cartéis do narcotráfico, exército e polícias freqüentemente mancomunados entre si, e somente na Colômbia apresentam um resto de aparência política devido à confusa imbricação da luta político-guerrilheira com a narco-delinquência.

Um sociólogo brasileiro, Teixeira Coelho, referindo-se à rebelião de delinqüentes que, em maio de 2006, tomaram

CONSULTA DE TEXTOS PELA INTERNET

Quase 28% reconhecem ter consultado textos de leitura pela internet. Os que se sobressaem por possuir este hábito são os menores de 35 anos e os de nível sócio-econômico alto e médio.

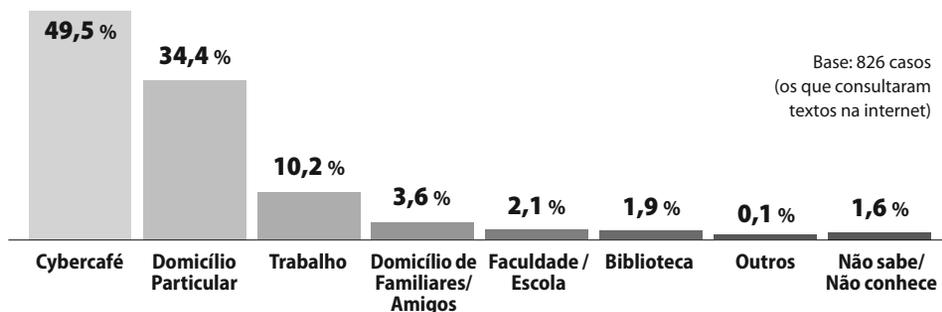


São Paulo durante vários dias, mataram 272 pessoas, incendiaram mais de 80 ônibus e atacaram uns 150 postos policiais, destaca o vazio e o silêncio que impuseram na cidade. Compara-a com os riscos nas ruas durante a ditadura militar há 40 anos.

Em certas noites de 1964 e, depois, de 1968 e, depois, de 1970 e 1971 e 1972, nós ficávamos em casa para evitar a polícia política. Porém, éramos apenas uns poucos que tínhamos motivos para temer a polícia política: o restante da cidade, o enorme restante da cidade saía às ruas normalmente para as atividades normais da vida. Naquela noite de segunda, 15 de maio, não obstante, não havia «ninguém» nas ruas. Antes, só havia «ouvido» um silêncio semelhante no meio da Amazônia, em uma canoa com que havia ido rio adentro com uma outra e única outra pessoa a bordo, seu dono, que remava lentamente: a dez minutos de distância do porto improvisado no meio do rio Negro, de onde havíamos partido, não se ouvia som algum, nada, nenhum grito de pássaro, nenhum rumor de água, nenhum inseto, nenhum animal, nenhum ruído de folhagem, nada de nada, só um silêncio absoluto que caía como um manto espesso sobre tudo. Silêncio irreal. Não sabia até então que a selva podia ser tão silenciosa. Não sabia que uma cidade de 15 milhões de pessoas podia ficar tão silenciosa. Ninguém nas ruas, ninguém nas janelas. Minha primeira reação, lembrando o silêncio da selva, foi dizer que havíamos retornado à nossa condição primitiva, à animalidade. Porém, claro, era comparação indevida, o silêncio da selva não tem esse sentido; aquela noite de segunda-feira, havíamos retornado à condição mais elementar da *humanidade* nestes trópicos de subdesenvolvimento contínuo, *sustentado* e acelerado: a barbárie, agora dentro dos muros da cidade, já não só em suas portas. Percebo, então, o limite da vida na *polis*, o limite da política: o silêncio (Teixeira Coelho, 2006: 8-9).

LUGAR ONDE SE REALIZOU A CONSULTA

Quase a metade dos argentinos acessa por meio de um cybercafé, e por volta de 35% de sua própria casa e 10% do trabalho.



LEITURA E VIDEODEMOCRACIA

Não obstante, a intensificada presença de mensagens midiática nas casas, meios de transporte, centros comerciais e qualquer lugar onde podem soar os celulares, distancia-nos do silêncio.

Quero aprofundar, em uma vertente complementar, essa análise com o material obtido na Pesquisa Nacional de Leitura realizada no México em 2006. Dizíamos no início que grande parte do debate moderno sobre justiça, direitos e democracia esteve centrado em interações sócio-culturais estendidas no cenário da escritura. Os estudos atuais sobre comunicação e sobre políticas culturais, por exemplo, os subsidiados pela Unesco e Cepal, destacam o papel da brecha entre a cultura letrada e a audiovisual-digital como fator gerador de desigualdades.

Os professores costumam falar de um divórcio ou um curto-circuito entre a escola e a leitura e, por outro lado, o mundo da televisão, cinema e outros entretenimentos audiovisuais. As pesquisas que contrastam o tempo que as crianças e os jovens destinam a ler em comparação com as horas diárias que passam frente à televisão parecem confirmar este desencontro como uma substituição.

Esta visão antagonica entre leitura e tecnologias audiovisuais é recolocada há muitos anos, tanto nos estudos sobre cultura como nos realizados sobre comunicação. Começa a mudar, também, a concepção da escola e a interação da leitura com a visualidade. O ponto de partida é averiguar como convivem, agora, a cultura letrada, a cultura oral e a audiovisual. Efetivamente, os saberes e os imaginários contemporâneos não se organizam, desde há pelo menos meio século, em torno de um eixo letrado, nem o livro é o único foco ordenador do conhecimento (Martín-Barbero, 2002; Morduchowicz, 2004).

As poucas perguntas formuladas pelos pesquisadores sobre o uso do tempo livre e de lugares não tradicionais para a leitura e a escritura (cybercafé, trabalho) obrigam a não ver a seqüência leitura-livros-escola-aprender-ser culto de forma fechada. Emprega-se a capacidade de ler não só para livros e revistas senão para telas, não só para tornar-se culto (no sentido escolarizado), com também para escolher espetáculos, formar-se como esportista ou como mulher, saber que música se ouve, o que há na televisão e nos cinemas, escrever correios eletrônicos ou conversar em *chats*. E também para obter e transmitir informação alternativa.

Quero sugerir que, assim como nos anos 90, os estudos sobre sociologia política e da comunicação descobriram a importância da videopolítica, devemos prestar agora mais atenção a outros modos de informar-se, comunicar-se e participar socialmente que se situam nos novos cenários digitais da leitura.

Assim como as políticas culturais não podem ser tão somente gutenberguianas, deslocadas em relação aos lugares e meios onde a maioria se informa e se entretém, não é possível centrar o debate sobre a democratização social somente na comunicação escrita. Nem tampouco na manipulação televisiva. Uma mirada voltada para os novos modos de ler e de comunicar revela que não se lê tão pouco, nem menos que no passado. Vendem-se revistas em menor quantidade, mas centenas de milhares as consultam diariamente na internet. Diminuem as livrarias – há que se preocupar e elaborar políticas mais eficazes para lhes dar sustentabilidade, sobretudo às especializadas – mas aumentaram os cybercafés e os meios portáteis de mensagens escritas e audiovisuais.

Evidentemente não quero incorrer em uma idealização fácil da cibercidadania como solução mágica à perda de representação dos partidos políticos e criadora de solidariedades horizontais. Em muitas ocasiões, a comunicação alternativa por e-mail ou celular tem servido para organizar reuniões contra as cúpulas globalizadas ou contra penas de laceração impostas a mulheres na África. A contra-informação por celulares entre centenas de milhares de cidadãos espanhóis conseguiu desautorizar a manipulação do governo e o PP, que atribuíam os atentados de Atocha à ETA (e pressionaram a imprensa, o rádio e a televisão para que os transmitissem), e convocar manifestações massivas de impugnação ao governo de Aznar. Contudo, também as quadrilhas de narcotráfico organizam das prisões, por meio de celulares, seqüestros e ataques urbanos em São Paulo, Rio de Janeiro, México DF, Tijuana e em dezenas de cidades latino-americanas.

PERGUNTAS FINAIS

Este texto apenas se propõe esboçar as condições socioculturais a partir das quais é necessário reconsiderar o sentido possível da justiça, da democracia e da ampliação da cidadania em uma época globalizada e pós-gutenberg. Sintetizo a informação sobre a importância que adquirem nos novos hábitos culturais a digitalização deslocalizada da comunicação cultural e a informalização não-estatal das interações sociais, econômicas, políticas e culturais. Não ter feito um videoclipe ou uma página web com este trabalho (ainda que não me nego a que se façam), senão uma conferência escrita e lida numa reunião de bibliotecários, e um texto impresso, sugere certa confiança ainda nos poderes da escritura.

Por isso, velhas perguntas surgidas da cidade letrada continuam significativas. Não há algo que se perde irreparavelmente quando se desconhece a informação raciocinada dos jornais e se preferem os *clips* rápidos dos noticiários televisivos, ou quando os livros são substituídos pela consulta fragmentária na internet? Não oferecem os livros uma experiência mais densa da história, da

D

A cultura política: entre o mediático e o digital

complexidade do mundo, que a espetacularidade audiovisual ou a abundância fugaz da informática? O que permanece nas interconexões digitais, na escritura atropelada dos *chats*, do que só a língua pode expressar na lenta elaboração dos livros e na apropriação paciente de seus leitores? Em suma, podemos vincular este debate sobre os novos cenários da democratização cultural e da comunicação política com o outro assunto discutido: a informalização da vida socioeconômica e cultural junto com o desvanecimento dos Estados nacionais. Nas análises atuais sobre políticas culturais, ainda muitos autores sensíveis à transnacionalização da cultura e sua realocação em processos comunicacionais midiáticos, continuam reivindicando o papel do Estado como garantia do interesse público, da pluralidade informativa dentro de cada nação e facilitador de um acesso mais democrático aos bens sociais e culturais (Balibar, 2002; Cepal-IIDH, 1997; Miller y Yúdice, 2002).

Assim como se argumenta sobre o papel indispensável dos Estados na defesa da biodiversidade e frente às ameaças ecológicas, os estudos recentes sobre a recomposição globalizada das indústrias culturais sustentam que os poderes públicos nacionais – e também regionais, como na União Européia – têm responsabilidades na promoção da cinediversidade e a bibliodiversidade. Para isso se requerem programas de apoio à produção cultural endógena de cada nação e a proteção da propriedade intelectual, tarefas que continuam sendo da competência dos Estados e dos organismos intergovernamentais.

Estou entre aqueles que pensam que há que preservar e seguir cultivando o que os livros representam como suportes e vias de elaboração da densidade simbólica, da argumentação e da cultura democrática. Porém, não vejo porque idealizar, em abstrato, generalizadamente, a todos se ao perguntar aos leitores sobre seu livro favorito, como se fez na pesquisa mexicana sobre leitura, 40% não sabe qual é e entre os mencionados sobressaem livros de auto-ajuda ou esoterismo como o *Código da Vinci*. Não basta promover a leitura: é preciso ensinar a ler. Não basta promover a leitura em papel; devemos todos aprender a ler nos distintos suportes, alternando as possibilidades de ser, por vez, leitores, espectadores e internautas. ■

REFERÊNCIAS

- BALIBAR, Étienne (2002). *Nous, citoyens d'Europe? Les frontières, l'Etat, le peuple*. Paris: La Découverte. (*Nosotros, ¿ciudadanos de Europa?: las fronteras, el Estado, el pueblo*. Madrid: Tecnos, 2003).
- GARCÍA CANCLINI, Néstor (2001). *Culturas híbridas*. Buenos Aires: Paidós.
- _____ (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Buenos Aires: Gedisa.
- GOLDIN, Daniel (ed.) (2006). *Encuesta Nacional de lectura*. México, CONACULTA-UNAM.
- INSTITUTO DE LA JUVENTUD (2006). *Encuesta Nacional de Juventud 2005*. México, DF.
- MARTÍN BARBERO, Jesús (2002). *La educación desde la comunicación*. Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.
- MILLER, Toby & YÚDICE, George (2004). *Política Cultural*. Barcelona: Gedisa.
- MURDUCHOWICZ, Roxana (2004). *El capital cultural de los jóvenes*. Argentina: Fondo de Cultura Económica.
- _____ (2006). *Los jóvenes y las pantallas (inédito)*.
- PÉRES LUÑO, Antonio-Enrique (2003). *¿Ciberciudadani@ o ciudadanía.com?* Barcelona: Gedisa.
- SECRETARÍA DE MEDIOS DE COMUNICACIÓN, Presidencia de la Nación, *Sistema Nacional de Consumos Culturales*, Buenos Aires, agosto de 2005, tomos 1 y 2.
- TEIXEIRA COELHO, José (2006). La ciudad como selva. *Punto de vista*, 85, Buenos Aires, agosto de 2006.